



**Projeto de Lei Complementar nº 04, de 05 de abril de 2019.**

**Autor: Executivo Municipal**

***Assunto: "CONCEDE REVISÃO ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES DE CARGOS EFETIVOS; EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES; CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E AGENTES POLÍTICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SUA AUTARQUIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Nos termos do art. 101 e art.123, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno desta Câmara, compete a esta comissão, dentre outras funções, realizar estudos e emitir pareceres especializados, bem como opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições.

Assim, o Projeto de Lei em análise é do Executivo Municipal e tem por objetivo conceder revisão anual das remunerações dos servidores de cargos efetivos; empregos públicos permanentes; cargos de provimento em comissão e agentes políticos da Administração Municipal e sua Autarquia.

O proponente justifica que a medida se faz necessária em razão do reajuste salarial, conforme índice acumulado do IPCA de abril de 2018 até março de 2019, e assim ser atendida as determinações contidas no artigo 37-x da Constituição Federal.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



Com todo o exposto, aprecia a presente Comissão pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do referido Projeto, visto que este encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável, bem como a matéria da propositura se enquadra na competência do Poder Executivo.

Diante dos argumentos acima expostos, opinamos pela regular tramitação do projeto em análise.

Cordeirópolis, 09 de abril de 2019.

**Antonio Marcos da Silva**

**Vereador - PT**

**Cleverton Nunes Menezes**

**Vereador - MDB**

**José Geraldo Botton**

**Vereador - PSDB**